


A crise da democracia liberal e as jornadas de junho de 2013

The crisis of liberal democracy and the June 2013 days



David A. Castro Netto *

 <https://orcid.org/0000-0001-5435-6799>

Márcio J. Pereira **

 <https://orcid.org/0000-0001-9519-3797>

RESUMO: A proposta deste texto é analisar a crise das democracias liberais e as jornadas de junho de 2013 no Brasil. Nosso objetivo é pensar de maneira relacional, ou seja, compreender a dimensão econômica da crise 2008 e analisar os impactos nas chamadas democracias liberais contemporâneas. Na sequência, procuramos apreender os possíveis impactos no Brasil e as especificidades brasileiras, recuperar os eventos de junho de 2013, a proposta autonomista dos movimentos, como o Movimento Passe Livre e as transformações dos protestos após 2014, com a disputa das ruas entre esquerda e direita e o surgimento de novos agentes políticos, como o Movimento Brasil Livre (MBL).

PALAVRAS-CHAVE: democracia; crise econômica; jornadas de junho.

ABSTRACT: The purpose of this text is to analyze the crisis of liberal democracies and the days of June in Brazil. Our objective is to think in a relational way, that is, to understand the economic dimension of the 2008 crisis and investigate the impacts on the so-called contemporary liberal democracies. Next, we seek to apprehend the possible impacts in Brazil and the Brazilian specificities, recover the events of June 2013, the autonomist proposal of the movements, such as the Movimento Passe Livre and the transformations of the protests after 2014 with the street dispute between left and right and the emergence of new political agents, such as the Movimento Brasil Livre (MBL).

KEYWORDS: democracy; economic crisis; June journeys.

* Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba – PR, mestre em história pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá -PR e graduado em História pela Universidade do Sagrado Coração, Bauru-SP. Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. Membro do Núcleo de pesquisa em Rede Direitos Humanos e Políticas de Memória (DIHPOM). E-mail: david.acnetto@gmail.com.

** Graduado e Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá. Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. Professor do Colegiado de História e do Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná, campus de Campo Mourão. Professor do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual de Maringá. Coordenador do Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH Unespar Campo Mourão). Membro do Núcleo de pesquisa em Rede Direitos Humanos e Políticas de Memória (DIHPOM). E-mail: marcio.pereira@unespar.edu.br



*Recebido em: 19/07/2023
Aprovado em: 17/10/2023*

Introdução

A crise de 2008/2009 impôs a necessidade do rearranjo da estrutura econômica. A crise, comparável apenas à de 1929, obrigou os governos da União Europeia e dos EUA a gastarem três trilhões de dólares em diversos tipos de ajuda diretamente aos bancos ou na compra de “papel podre” no mercado de ações. O que começou nos Estados Unidos se estendeu para a Europa e alcançou os países emergentes, resultando em um momento conturbado e de efeitos muito agudos, como: a) políticas duras de austeridade que agravaram as condições de vida de inúmeras classes; b) falências generalizadas, desemprego, redução de salários e precarização do trabalho, especialmente para os mais jovens; c) aumento expressivo das desigualdades sociais, desmonte dos serviços públicos e endividamento dos setores privados e governamental.

O que aparentemente era um problema norte-americano, mais uma vez, tal qual na crise de 1929, espalhou-se pelo mundo todo, tornando-se uma crise financeira global. A diferença dessas crises econômicas históricas não se define pela quantidade de pessoas que foram afetadas, mas pela velocidade que espalhou o caos financeiro e pelo forte sentimento de injustiça [conceito subjetivo] que se consolidou por conta da tratativa dos governos com as grandes corporações do capital, que, mesmo tendo colapsado o sistema de dentro para fora, ainda foram resgatadas pelo Estado.

O economista Joseph Eugene Stiglitz enfatiza, em “O preço da desigualdade”, que essa crise financeira global colocou em xeque o sistema econômico ao expor as suas fragilidades e as falhas que foram percebidas somente muito próximo à implosão de todo o mercado financeiro. Um dos pontos interessantes da análise de Stiglitz e que para nós é bastante relevante é que o mesmo é um dos primeiros especialistas a apontar as medidas de austeridade adotadas em resposta à crise como ineficazes e contraproducentes, causando agravo à desigualdade e aumento do sofrimento social. O mesmo considera que “as políticas de austeridade foram mal concebidas e, muitas vezes, ineficazes. Elas aumentaram a desigualdade, prejudicaram os mais vulneráveis e retardaram a recuperação econômica” (Stiglitz, 2016, p. 145).

Ideia reforçada pelo sociólogo italiano Paolo Gerbaudo:

Nessa conjuntura, a maioria da população, incluindo a classe média, sofreu com declínio econômico e escalada da incerteza, levando a um descontentamento generalizado e à uma insatisfação com o sistema econômico, solapando

especialmente o argumento a favor do neoliberalismo e seu culto do mercado autorregulado (2017, p. 47).

Em resumo, a crise teve efeitos permanentes no crescimento da desigualdade econômica, no crescimento da insatisfação popular e na desconfiança contra os governos e suas relações com as instituições financeiras, além do aumento de movimentos populistas e de faceta nacional-populista, instalando um clima de instabilidade política e fragilidade econômica em relação ao modelo de governo adotado pelos países criadores da crise e diretamente afetados. Em momentos históricos como esse que estamos descrevendo, historiadores e economistas recordam a previsão funesta de Karl Marx (2015, p. 62) de que a democracia¹ ajustada ao capitalismo era uma combinação tênue e uma forma de organização da sociedade completamente instável. Uma vez que as dinâmicas de poder entre os proprietários de capital e os líderes governamentais não estavam claramente delineadas, parecia haver uma falta de consideração eficaz pelas classes trabalhadoras, que dependiam igualmente de ambas as esferas de influência.

Dialogando com a vertente materialista, entendemos que a economia capitalista desenvolve-se, a longo prazo, em uma espécie de “crise contínua”. Historicamente, poderíamos acrescentar uma perspectiva de ciclos econômicos, cujas reconfigurações são ocasionadas por forças contrárias às estabelecidas no poder, levando à uma ideia de crise que nunca cessa e que, a depender dos personagens, tende a se repetir. Simplificando, o Estado é incapaz de, a todo o tempo, atender às demandas não antagônicas das classes mais baixas e proporciona um hiato entre governantes e governados; logo, os grupos sociais vão se distanciando das lideranças políticas e isso compromete a capacidade de governar para todos. Ou seja, trata-se de uma eterna disputa entre os que detêm o poder, os que detêm o capital e os que não têm ambos.

É certo que as previsões de Karl Marx não se realizaram efetivamente, afinal o capitalismo e a democracia coexistiram sem interrupções em pouco mais de três décadas durante o pós Segunda Guerra Mundial, apesar de ser uma coexistência estrita à uma parte mais ocidentalizada e de capitalismo avançado. O que historicamente é perceptível

¹ O conceito de democracia utilizado nesse texto parte das premissas defendidas por Norberto Bobbio, cuja definição mínima de democracia se ampara na caracterização de um conjunto de regras fundamentais que estabelecem quem está legitimado a tomar as decisões coletivas e a partir de quais procedimentos essas decisões poderão ser tomadas. Segundo o autor: “*Todo grupo social está obrigado a tomar decisões vinculatórias para todos os seus membros com o objetivo de prover a própria sobrevivência, tanto interna como externamente. Mas até mesmo as decisões de grupo são tomadas por indivíduos (o grupo como tal não decide). Por isto, para que uma decisão tomada por indivíduos (um, poucos, muitos, todos) possa ser aceita como decisão coletiva é preciso que seja tomada com base em regras (não importa se escritas ou consuetudinárias) que estabeleçam quais são os indivíduos autorizados a tomar as decisões vinculatórias para todos os membros do grupo, e à base de quais procedimentos.*” (tradução nossa) (Bobbio, 2001, p. 24)

são as inúmeras manifestações e lutas revolucionárias contrárias ao modelo, forjando falhas ora no capitalismo como modelo econômico, ora na democracia como modelo político.

Porém, não podemos descartar que essa relação se mantém contraditória e que crises podem ocorrer a partir de múltiplos instrumentos, conforme investigou a historiadora e teórica política Ellen M. Woods (2000), em “Democracia contra Capitalismo”. A autora argumenta que a relação entre os dois sistemas não era necessariamente harmoniosa, uma vez que o capitalismo não era inerentemente democrático. A distinção feita pela teórica se dá em duas frentes principais: 1) criticar a ideia de que o capitalismo promove automaticamente a democracia política, haja vista que o capitalismo busca preservar os interesses das elites econômicas, o que pode conflitar com princípios democráticos; 2) entender que a democracia não é uma consequência natural do capitalismo, mas sim o resultado de lutas sociais e políticas que desafiaram ao longo da história o poder capitalista. Quando pensamos em 2008, entendemos que a crise não se deu puramente pelo atravessamento político, e, sim, devido à busca desmedida de um modo de produção que, para se manter, precisa reproduzir uma acumulação de capital ampliada e incessante, atrelada à ingerência do modelo econômico que, embora tenha experimentado anteriormente o caos, continuava a alavancar ideias de livre concorrência, ausência de freios para o *lobby* bancário e para os agentes do *american way of life*.

A onda de insatisfação gerada pela maneira com que os governos lidaram com a crise também é digna de nota, uma vez que a opinião pública crescente estava completamente desacreditada das ações de salvaguarda econômica para os bancos e ativos de capital, enquanto as classes médias e baixas perdiam casas por não poderem quitar as hipotecas, seus automóveis por não honrarem com as parcelas de *leasing* e arruinavam a ideia de futuro construído pela aquisição de ações cuja liquidez era menor do que o compromisso político de garantir empregos, moradia e condição de vida para os mais afetados.

Geograficamente, a crise não ficou restrita aos EUA. Corrupção endêmica, desemprego e crise política ocasionada pelo descrédito do parlamentarismo representativo tomaram conta da Europa. Os cientistas políticos Roger Eatwell e Matthew Goodwin foram enfáticos ao tratar da crise na Europa:

Quando a escala gigantesca do problema se tornou evidente, o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, falou sobre a necessidade de “medidas excepcionais para tempos excepcionais”. Em troca do auxílio às economias em colapso, a “troica” formada pela Comissão Europeia, Banco

Central Europeu e FMI exigiu que vários países europeus implementassem duras medidas de austeridade, que incluíam cortes maciços nos gastos públicos e aumento de impostos. Os mercados financeiros internacionais colocaram ainda mais pressão sobre os governos, para que aceitassem os termos do resgate e implementassem a austeridade (2020, p. 122-123).

Novamente, as políticas de austeridade promoveram a extensão do risco de insolvência que poderia ter sido evitado, conforme ressalta Daniel Pereira Andrade:

Esse foi o caso das políticas de austeridade adotadas na União Europeia em resposta à disseminação internacional da crise financeira norte-americana. Após resgatar alguns de seus bancos que sofreram prejuízos com investimentos em subprime, a Alemanha e seus aliados do Banco Central Europeu, ao verem o perigo do colapso financeiro mitigado, não subscreveram os incentivos de tipo de keynesiano, retomando a ideia de promover o crescimento por meio de uma política orçamentária de “criação de confiança”, centrada na redução das dívidas públicas. A consequente decisão alemã de não resgatar a dívida grega promoveu a extensão do risco de insolvência aos países periféricos europeus, fazendo os juros subirem e a dívida desses países disparar. Os empréstimos feitos pela troika (BCE, Comissão Europeia e FMI) para o resgate deles foram acompanhados da imposição de drásticas medidas de austeridade, levando à contração econômica e ao aumento ainda maior da dívida, criando a necessidade de novos empréstimos (2019, p. 122).

A democracia representativa passou a figurar como um problema e a ser questionada abertamente por opositores políticos em seus discursos. A ausência de liderança política, a viabilização de recursos para minorias e a conduta de algumas instituições que compõem o sistema democrático – ataques à Suprema Corte, à autenticidade do processo eleitoral, etc – foram temas para discursos inflamados e com alta carga antidemocrática. O objetivo desses ataques não foi só reforçar novas candidaturas no próximo pleito, mas instaurar a desconfiança necessária para que parte da população afrontasse os políticos e os governos, promovendo instabilidade e colapso da confiança no sistema representativo. “Claramente, uma das razões pelas quais as pessoas estão se afastando do *mainstream* é o fato de acreditarem que o arranjo atual não lhes dá voz suficiente” (Eatwell; Goodwin, 2020, p. 144).

Adam Przeworski (2020, p. 45), ao introduzir possibilidades de interpretação para uma possível crise das democracias liberais, nos chama a atenção para o crescimento de práticas populistas e de cunho nacional-populista. Na percepção do autor, alguns líderes políticos se aproveitaram da instabilidade financeira generalizada para implementar práticas de domínio da mídia, restrição à liberdade de associação, aparelhamento de repartições estatais e tentativas de mudança nas regras eleitorais, buscando a manutenção do poder através da instituição de medos coletivos e da polarização ideológica.

O estado de espírito geral é populista. O populismo é um gêmeo ideológico do neoliberalismo. Ambos alegam que a ordem social é criada espontaneamente por um único demiurgo: "o mercado" ou "o povo", este último sempre no singular, como em "le peuple", "el pueblo", ou "lud", e não no plural, como "as pessoas". Nenhum dos dois vê uma função para as instituições: a espontaneidade basta. Não admira que eles apareçam juntos na cena histórica. Muitos partidos emergentes se apresentam como "antissistema" "antiestablishment" ou "antielite". São populistas na medida em que a imagem que projetam da política é a de uma elite ("casta", na linguagem do espanhol Podemos; "pântano", na de Donald Trump) que trai, abusa e explora pessoas (Przeworski, 2020, p. 115).

Os movimentos populistas se aproveitaram do momento de desconfiança e de insatisfação, avançando com suas agendas políticas sobre governos que tentavam lidar com a crise e, grosso modo, se valeram do apelo aos sentimentos reativos como a raiva e o ressentimento para construir uma ideia simplista de solução para a crise. O medo de uma falência total do Estado e da proteção que ele supostamente poderia dar condicionou os eleitores a aceitarem uma espécie de democracia mítica baseada na disseminação do ódio aos outros – entendam como todos aqueles que supostamente impedem o Estado de investir nos seus cidadãos de direito. “A saber, a utilização deliberada do óbvio desejo que as pessoas têm de proteção para estabelecer um estado de emergência permanente que corrói e por fim nega na prática as liberdades civis e as instituições democráticas” (Castells, 2018, p. 29).

A crise imobiliária que abalou o mundo capitalista, desencadeando uma recessão global e um processo de recuperação econômica lenta em muitos países, provavelmente desempenhou um papel fundamental no crescimento de movimentos apartidários, no fortalecimento do discurso populista e na ressurgência de vertentes de extrema direita como opções legítimas de governo. Esta crise foi caracterizada por uma série de fatores prejudiciais, incluindo o aumento do desemprego, o colapso e o fechamento de grandes empresas multinacionais, uma queda acentuada nos salários e uma redução nas expectativas de crescimento econômico. Esses eventos tiveram um impacto avassalador não apenas nos mercados de ações, mas, também, nas vidas das pessoas comuns. Muitas perderam seus empregos, investiram no mercado de futuros e confiaram na frágil relação entre democracia e capitalismo orquestrada pelo sistema bancário, bem como na capacidade do Estado de agir como se não estivesse envolvido no mercado.

Podemos simplesmente dizer que a derrocada financeira levou os eleitores para uma escalada fascista/populista? Não necessariamente, mas, como enfatiza Yascha Mounk, seria ingenuidade acreditarmos que não foi um fator importante:

Isso não necessariamente implica que deva haver uma correlação direta entre as dificuldades financeiras da pessoa e sua inclinação a votar em candidatos populistas. Afinal, os que cresceram numa família de classe média baixa e sonhavam em ascender à classe média alta talvez estejam tão frustrados por sua falta de progresso econômico quanto os que nasceram pobres e como tal continuaram. De modo similar, cidadãos comparativamente ricos que acham sua condição econômica muito precária - porque temem pelo futuro dos filhos ou porque estão vendo um bairro próximo começar a se deteriorar - talvez tendam a votar em populistas tanto quanto os que mal chegam ao final do mês. O importante, em outras palavras, talvez seja menos a realidade econômica que a apreensão econômica (Mounk, 2019, p. 190).

Poderíamos enfileirar uma lista de obras e autores/as que se debruçaram sobre a crise de 2008 e sobre seu papel na crise de legitimidade que iremos encontrar nas manifestações populares no Brasil de 2013 e em muitos outros países cuja fiabilidade política também foi enfraquecida. Desde a queda do muro de Berlim e a derrocada do mundo soviético, estudiosos se questionam e buscam diagnósticos para certo desconforto nas democracias contemporâneas e, majoritariamente, encontram fatores sólidos para acreditar que a representação política vem cambiando: a) diminuição brusca de afiliações a partidos políticos, independentemente da vertente; b) aumento da abstenção eleitoral e diminuição do desejo de participar do sufrágio; c) queda da confiança nas instituições e nos políticos profissionais.

Entretanto, a maioria desses estudos reafirma um sentimento de mal-estar ao relacionar essa crise de legitimidade das instituições políticas a novos fatores, que intensificaram a dramatização do cenário atual ou que, em conjunto com ele, resultaram em novos fenômenos da cena contemporânea. Mesmo não sendo um fenômeno novo, pesquisadores têm buscado analisar as razões por trás da crise de legitimidade das instituições de representação política, como os partidos políticos e o poder legislativo, além de outras instituições fundamentais para as democracias representativas, como o poder judiciário.

David Runciman (2018) fala de uma crise da meia idade da democracia, uma vez que ela já não está proporcionando a conexão necessária entre a elite política e os cidadãos comuns, que sofrem com a corrupção, com o enfraquecimento dos mecanismos de controle e com o desequilíbrio de poder. Anne Applebaum (2021) já indica no título da obra que a democracia vive seu crepúsculo, se pondo diante da desconstrução institucional dos líderes populistas, da manipulação da verdade alavancada pelas *fake news* e da fragmentação social que conduz à polarização. Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) abordam o perigo da erosão gradual das normas democráticas, a subversão dentro do próprio sistema, indicando que as democracias não necessariamente precisam

de golpes externos violentos para decair, quando são atacadas de dentro para fora através do desmoronamento dos dispositivos legais da própria democracia em vigência.

Já citamos Manuel Castells e agora o retomamos para pensar que essa crescente desconfiança não significa necessariamente uma defesa de soluções não democráticas – embora esse quadro de otimismo no Brasil pareça ter ruído nos acampamentos defronte aos quartéis, com os pedidos de intervenção militar e a invasão do Palácio do Planalto pós eleições de 2022. Para o autor espanhol, devemos nos preocupar com a democracia, mas que, grosso modo, embora tenha crescido o número de insatisfeitos, não necessariamente são defensores de práticas autocráticas. Pensamos que ainda é cedo para assumir um cenário tão otimista, haja vista que os partidos de extrema-direita apresentem crescimento de adeptos e suas manifestações públicas pareçam cada vez mais “aceitáveis” na Europa e nos outros continentes. Esse é um debate para outro momento e que não poderemos contemplar neste artigo.

O fenômeno das jornadas de junho e julho de 2013 no Brasil representa um momento de intensa mobilização popular e entendemos que essa manifestação social, política e econômica foi uma espécie de “laboratório de democracia”. Conquanto tenham se apresentado inicialmente envolvidos com a ideia de independência partidária, esses protestos evidenciaram a necessidade de se repensar formas de fortalecimento dos mecanismos de participação e de representatividade política e nos fizeram avaliá-los como fator preponderante na relação com a crise das democracias liberais do século XXI.

As jornadas de junho e a crise no Brasil

No Brasil, os efeitos da crise começaram a ser sentidos em 2010. A queda do preço das *commodities*, sobretudo pela desaceleração econômica dos países centrais, como China, EUA, Inglaterra, França e Alemanha, causou brusca queda nos investimentos e no potencial industrial. Embora a base da pirâmide social não tenha regredido tão vertiginosamente, o mercado de trabalho foi atingido mais cedo, como destaca o então presidente do IPEA, o economista Marcio Pochmann, em uma análise publicada no ano seguinte sobre a crise imobiliária:

Por dois trimestres seguidos, desde outubro de 2008, o Brasil apresentou queda na taxa de expansão do PIB, influenciado decisivamente pelo comportamento do setor industrial. Em virtude disso, o funcionamento do mercado de trabalho voltou a apresentar-se mais desfavorável àqueles que dependem do próprio trabalho para sobreviver. Além do aumento do desemprego, observa-se também o crescimento dos postos de trabalho informais e da rotatividade nos empregos assalariados formais. [...] A crise afeta decisivamente o conjunto dos

trabalhadores em maior medida que outros setores da sociedade. Mesmo assim, a base da pirâmide social não registra ainda os mesmos sinais de regressão econômica e social verificados em outras crises ocorridas no Brasil (Pochmann, 2009, p. 52).

Internamente, a desoneração da folha promovida no segundo governo Dilma (167 bilhões de reais entre 2011 e 2016) foi uma tentativa de promover os investimentos. A aposta da Presidenta era a de que, ao diminuir os impostos, as empresas aumentariam seu potencial de investimento. Em entrevista veiculada pela TV Pública suíça, afirmou: “Eu acreditava que, se diminuísse impostos, eu teria um aumento de investimentos. Eu diminuí, me arrependo disso. No lugar de investir, eles (os empresários dos setores desonerados) aumentaram a margem de lucro”. (Dilma Rousseff, entrevista ao Estado de São Paulo, em Genebra, 12/03/2017)

Em termos políticos, a crise econômica de 2008/2009 foi seguida por uma onda difusa em que se misturaram neoliberalismo, autoritarismo e a presença cada vez mais constante dos partidos de extrema direita. Em termos globais, isso significou a ascensão do Brexit, Donald Trump, Marine Le Pen e a Alternativa para a Alemanha, o primeiro partido de extrema direita a assumir cadeiras desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

A partir de 2013, os solavancos econômicos foram um ingrediente importante no ressurgimento de movimentos sociais de diversos matizes ideológicos que, de alguma maneira, tinham algum tipo de atuação. Por exemplo, o Movimento Passe Livre (MPL) foi organizado em 2004, tomando por base a “Revolta do Buzu”, ocorrida em Salvador (2003).

A partir da tipologia estabelecida por Angela Alonso (2017), apresentamos quatro elementos da onda de protestos que ocorreram em 2013:

- A experiência dos movimentos internacionais, como a “Primavera Árabe” e o “Occupy”. Estes dois movimentos ajudaram a formar um novo tipo de atuação autonomista, ou seja: deliberação por consenso, negação de lideranças e da hierarquia de gênero, performances cênicas (fanfarras, artes plásticas), jograis, estética punk (vestuário preto), violência simbólica (queima de catracas) e física (tática *black block*), sobrepondo a expressão artística e política.

- Grandes eventos, tais como Copa do Mundo, Copa das Confederações e Olimpíadas, ofereceram “palco global” para os protestos e consolidaram o retorno da agenda do combate à corrupção.

- O ano de 2012 foi marcado pelos debates do julgamento do Mensalão. As sessões do Supremo Tribunal Federal foram transformadas num espetáculo midiático,

com comentaristas na grande imprensa fazendo o papel de juizes, tomando partido no tribunal e tentando influenciar o voto dos ministros.

- A transformação da pirâmide durante os doze anos de governo petista. O maior acesso à educação e ao consumo abalou a estrutura hierárquica das classes sociais no Brasil, na medida em que tornava menos eficazes seus princípios organizadores (classe, raça, renda e educação), evidenciando toda a sorte de preconceitos, antes disfarçados pela “democracia racial”.

Os protestos e suas clivagens:

Entre 2013 e 2016, é possível perceber uma modificação nos protestos, tanto na forma e conteúdo, como nos participantes. Assim, podemos apontar para uma tipologia:

- Eclosão do protesto (06 de junho): acostumadas aos protestos socialistas (carros de som, comícios e, sobretudo, com lideranças), Governo do Estado e Prefeitura de São Paulo não souberam lidar com o movimento.

- Diversificação (11 de junho): aumento de adesões e focos de manifestação. Movimentos tradicionais (feminista, estudantil, negro etc.), sindicatos e partidos de esquerda (PSTU, PCO, PSOL), antes senhores da rua, chegaram atrasados. Ativistas com outras causas, como o aborto, e manifestantes neófitos, identificados por *hashtags* como “#vemprarua”, também dividiam a rua. Naquele momento, a pauta *começou* a ultrapassar os “vinte centavos”. Como resposta, as autoridades paulistas adotam a repressão e deixam um saldo de 128 pessoas feridas. A repressão teve como resposta uma guinada da opinião pública a favor dos protestos. No dia 17 de junho, segundo o Datafolha, as 65 mil pessoas que foram às ruas tinham o apoio de 77% dos paulistas (Cresce ..., 2013).

Os dados do Datafolha se materializaram nos protestos seguintes, quando foi possível perceber o movimento que Alonso (2017) chama de Massificação e cujo pico foi materializado na manifestação pública que levou um milhão de pessoas às ruas em 20 de junho. Esse momento aglutinou um número de pautas bastante diverso: torcidas organizadas, associações de moradores, jovens, idosos, famílias e cidadãos sem ativismo prévio, convocados por redes presenciais (amizade, trabalho, família) e virtuais (*WhatsApp*, *Twitter*, *Facebook*) e pela mídia. Ativistas autonomistas e socialistas os mencionaram como “gente esquisita”, inusual em protestos (Alonso, 2017).

A heterogeneidade das pautas e a ausência de lideranças impossibilitaram a coerência do movimento. As clivagens começaram a se fazer sentir e os conflitos logo apareceram. De um lado, os “novos personagens” trouxeram à cena o velho discurso do patriotismo. A estética das manifestações voltou a ser colorida com a bandeira nacional,

o uso do hino e diversas frases de efeito como “Verás que um filho teu não foge a luta”, que se misturavam com a nova linguagem, que começava a ser construída nas mídias digitais e estava migrando para as ruas. [“O] gigante acordou” e “saímos do facebook” eram alguns exemplos. Outros elementos foram a recusa à participação dos partidos políticos, tidos como corruptos e antiéticos, e a promoção de divisões sociais.

A partir daí é possível apontar a organização de dois setores: À esquerda do PT, movimentos sociais com pautas progressistas, como melhorias no serviço público, expansão do acesso à cidadania, a consolidação dos direitos básicos e maior presença na direção do Estado. À direita, o setor ainda sem forma, mas que passou a aglutinar diferentes discursos de centro, direita e extrema direita, que ia desde a ideologia liberal (o Estado enxuto e eficiente, “Padrão Fifa”), passando pelo conservadorismo pró-ditadura militar e que via nos partidos identificação com o PT e, em políticos (Lula, Dilma, José Dirceu, etc.), com a corrupção (“CorruPTos”). No dia 26 de junho, as manifestações partiram para o ataque: “Fora Dilma!”; “Fora CorruPTos”.

Esses protestos formaram uma nova conjuntura que, embora fluida, solidificou uma divisão que ficou clara na votação do *impeachment*, com o muro construído na Esplanada dos Ministérios. À esquerda, o autonomismo do MPL foi substituído pelo retorno ao tipo socialista. À direita, o setor patriota acabou por angariar aquele conjunto de reivindicações difuso (melhorar a saúde, acabar com a corrupção), mas com capacidade de aglutinação. O ponto marcante daquele momento foram as manifestações contra o programa “Mais Médicos”.

Embora houvesse outros grupos, Alonso (2017) mapeou que, de 43 deles, três assumiram a liderança: Movimento Vem Pra Rua (VPR), Movimento Brasil Livre (MBL), naquele momento ainda de viés liberal, e o mais conservador, Revoltados *On Line*. As pautas que cortavam todos: patriotismo e anticorrupção.

Tais movimentos foram ativos durante a campanha eleitoral de 2014, embora com o discurso de negação à política e aos partidos. Derrotados nas eleições, optaram pelo enfrentamento não democrático e construíram uma rede de apoio. Primeiro, pela oposição derrotada (PSDB e DEM), que atacou, ao mesmo tempo, os resultados eleitorais (a eleição, portanto) e o partido vencedor (PT): “Eu perdi a eleição para uma organização criminoso”, disse Aécio Neves em entrevista ao Globo em 30 de novembro de 2014.

Segundo, pela rede de *Fake News*, ou seja, um conjunto de vídeos circulando nas redes sociais sobre o assassinato de Paulo Roberto Costa (preso em Curitiba pela Operação Lava Jato) ou com base em vídeos montados sobre urnas eleitorais fraudadas, questionando o próprio sistema eleitoral e as eleições.

Naquele momento, é possível perceber que a hegemonia das ruas estava nas mãos das diversas formas de conservadorismo. Mesmo movimentos de viés progressista foram marginalizados. Em meio ao desdobramento da Operação Lava Jato, os grupos formaram suas pautas, que podemos resumir da seguinte forma:

Pauta da corrupção: historicamente, a corrupção sempre foi entendida pelo senso comum como uma espécie de “mal de origem” do Brasil e atingia todos os partidos e políticos de maneira indistinta, levando ao ápice do *slogan* “rouba, mas faz”. A operação midiática da Lava Jato conseguiu dar combustível para uma espécie de reorganização do raciocínio. A corrupção não era mais um problema geral, mas concentrado num único partido, o Partido dos Trabalhadores, e em seus políticos, entre eles, Dilma, José Dirceu, José Genoíno, mas, principalmente, Lula.

A consolidação dessa pauta, como demonstram Rocha (2021) e Nunes (2022), foi modelada com a ajuda da “filosofia” e de toda a sorte de teorias da conspiração de Olavo de Carvalho. Os esquemas de corrupção seriam, na verdade, parte de um plano maquiavélico da esquerda que, por meio da atuação de “institutos”, como o Foro de São Paulo, buscavam corromper as instituições que ainda funcionavam (outras, como as universidades, na lógica olavista, já haviam sido tomadas pela esquerda), a partir de uma tática de atuação, o combate ao aquecimento global, que seria, no fim, o caminho para o comunismo.

As teorias que se formaram com base no senso comum e a partir de premissas nada racionais alimentaram um segundo ingrediente poderoso de mobilização. Assistimos ao ressurgimento do conservadorismo, de viés bastante obscurantista. Nesse sentido, o combate passou a ser contra todo e qualquer direito que as minorias haviam conseguido desde a Constituição de 1988. Não à toa, manifestavam um desprezo pelas leis de cotas e contra o feminicídio e, principalmente, pelos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, pois tal ascensão político-econômica representava a maneira dessas populações resistirem de maneira mais efetiva à condição de humilhação histórica que haviam sofrido.

A partir de 2015 o MBL ganhou o protagonismo das ruas e, rapidamente, mudou suas perspectivas ideológicas. Do liberalismo de 2013, desembarcou no conservadorismo esdrúxulo da militância contra a “ideologia de gênero”, contra a legislação que protege as minorias, como a lei do feminicídio, e passou a dividir espaço com lideranças, como Alexandre Frota, e figuras de duvidosa capacidade política, como Jair Bolsonaro.

Em 2016, segundo matéria veiculada pela Folha de São Paulo em 27/05/2016, o Movimento também aderiu ao partidarismo, na medida em que recebeu financiamento do PMDB, SD, DEM e da Juventude do PSDB e do PMDB. Ainda de acordo com a matéria, o

próprio MBL procurou os partidos. Esse movimento é, por um lado, sintomático da tentativa ingênua de se fazer política democrática sem partidos e, por outro, revela a utilização das pautas “vazias” enquanto maneira de engrossar as fileiras do próprio partido (Áudios ..., 2016).

O MBL e outros movimentos e organizações de direita e extrema direita desempenham um papel fundamental como o braço articulado da reação de certos setores sociais que resistem à coexistência com as transformações no panorama social que ganharam destaque a partir dos anos 2000. Essas mudanças marcaram uma significativa alteração nas relações estabelecidas entre todos os cidadãos, mesmo que de forma limitada.

A ascensão das minorias políticas nesse período foi um elemento-chave na reconfiguração do tecido social. Essas minorias, anteriormente excluídas ou marginalizadas, passaram a ganhar visibilidade e voz na arena política, desafiando as estruturas tradicionais de poder. Isso, por sua vez, gerou desconforto e resistência por parte de setores que se sentiam ameaçados por essas mudanças. Esses movimentos de direita e extrema direita emergiram como uma resposta à essa transformação. Eles buscam preservar as hierarquias sociais e políticas existentes, muitas vezes apelando para discursos nacionalistas, conservadores e populistas. Essas abordagens visam mobilizar uma base de apoio que se sente alienada pelo novo contexto social e político.

Os setores sociais “resistentes” se diluíram em algumas frentes: 1) luta contra aspectos da modernidade, tidos como desagregadores; 2) anti-intelectualíssimo, aversão ao compromisso sério com a ciência, que desemboca na recusa do acesso à informação, com o cerceamento das liberdades individuais, na negação da própria ciência e na aposta consciente no obscurantismo religioso, o que leva à criação de “conceitos” como “ideologia de gênero”, “racismo reverso” e “nazismo de esquerda”; 3) violência física: segundo dados do “Grupo Gay da Bahia”, em 2016, aproximadamente 329 pessoas foram mortas por sua condição sexual, o que significa uma pessoa morta a cada 25 horas, a maioria delas (92), assassinadas a tiros em vias públicas, o que leva o Brasil à infeliz liderança do ranking mundial (Relatórios ..., 2022) ; 4) violência simbólica, com exposição em redes sociais, discriminação no trabalho, na família, etc.; 5) reações político/partidárias: a reorganização da bancada BBB (bíblia, boi e bala), em um processo de apoio entre o neoliberalismo econômico e o conservadorismo social.

A pressão desses movimentos deu força ao pedido de *impeachment*, aceito por Eduardo Cunha. Impossibilitados de demonstrar o chamado “crime de responsabilidade”, o processo deixou de ser jurídico e passou a ser político. Em meio a convescotes no Palácio do Jaburu, o vice/interino Michel Temer passou a contabilizar recursos para os

aliados, tal qual noticiou o jornal Portal Correio, em abril de 2016, quando o então presidente interino recebeu mais de cem aliados somente na véspera da votação do *impeachment* da presidenta Dilma. O jornal ainda divulgou que, durante sua visita ao Palácio do Jaburu, uma crítica severa do então deputado Romero Jucá para aqueles deputados que ameaçavam não comparecer à sessão, foi proferida. De acordo com o jornal a fala de Jucá foi em tom de ameaça:

“Essas pessoas que se esconderem e não vierem votar estarão abrindo mão da representatividade que lhes deu a população. Estarão frustrando seus eleitores. Será muito difícil aqueles parlamentares que sumirem na votação mais importante da história do país nos últimos tempos aparecerem novamente nos estados de origem.” (Temer ..., 2016a)

O novo governo renovou a aliança com o capital especulativo e retomou o projeto de desnacionalização da economia. Reveladora de todo esse processo foi a primeira coletiva de Michel Temer, na sede das Nações Unidas em 20 de setembro de 2016. Segundo ele:

“Há muitíssimos meses atrás, nós lançamos um documento chamado 'Ponte para o Futuro' porque verificávamos que seria impossível o governo continuar naquele rumo e até sugerimos ao governo que adotasse as teses que nós apontávamos naquele documento. [...] Como isso não deu certo, não houve a adoção, instaurou-se um processo que culminou, agora, com a minha efetivação como presidente da República” (Temer, 2016b)

O documento, Ponte Para o Futuro (PMDB, 2015), foi a resposta tupiniquim às novas imposições do capital internacional, que, agora, avançou sobre as garantias do Estado de bem-estar social. O discurso soa muito repetitivo, ou seja, era necessário enxugar o Estado, diminuir os impostos e, acima de tudo, flexibilizar direitos, enquanto medida de retomada do crescimento econômico, parecendo muito mais uma conexão com o passado do que com o futuro. Embora complexa, a fórmula pode ser resumida da seguinte maneira: a crise corroeu as altas taxas de lucro e, como medida, a diminuição do “custo do trabalhador” foi escolhida. Isso significa mais precarização do trabalho, com o aumento das jornadas, a diminuição dos salários e o enfraquecimento das instâncias que o protegem, como a Justiça e o Ministério do Trabalho.

Ao mesmo tempo, procuraram maneiras de transferir do Estado para a iniciativa privada grandes quantidades de recursos públicos, através da entrega dos recursos naturais, via privatização do Pré-sal (em 25 anos, o Estado brasileiro deixará de arrecadar um trilhão de reais em impostos), e o avanço da política de desnacionalização,

com as tentativas de privatizar a Petrobras, os bancos públicos e outras estatais como a Eletrobras e a Casa da Moeda.

Esse movimento revela uma aliança complexa entre o projeto político conservador e um projeto econômico. Politicamente, adota-se a prática dos retrocessos (reforma trabalhista, previdenciária e do ensino médio). Economicamente, se aposta nas políticas neoliberais para o desmantelamento do Estado.

De maneira geral, o governo Temer aprofundou o projeto neoliberal, que foi freado. Primeiro, em 1988, na medida em que a Constituição garantiu uma série de direitos, por pressão dos movimentos sociais organizados. Depois, ainda que de maneira menos intensa, durante os anos do governo petista, que, aos trancos e barrancos, conseguiu desenvolver uma rede de políticas sociais de combate à desigualdade social, ainda que o tenham feito às custas da sobrecarga das contas públicas. A crise de 2009 implodiu a relação entre o capital e o grupo político de centro-esquerda e, em nome da garantia do capital financeiro, em um “acordo nacional, com o Supremo, com tudo” (Em diálogos ..., 2016), como sugeriu Romero Jucá, implodiu aquilo que poderia evoluir para uma espécie de social-democracia brasileira.

No longo prazo, podemos perceber alguns desdobramentos dos eventos de 2013. Na sequência, nos debruçaremos sobre alguns deles:

Aumento do obscurantismo: em uma repressão à pluralidade de ideias, em agosto de 2017 o grupo de pesquisa “Marx, Trabalho e Educação”, da Faculdade de Educação da UFMG, foi denunciado ao MPF-MG. Segundo a denúncia, o grupo seria um “balão de ensaio para que militantes da esquerda fiquem trabalhando seus delírios ideológicos, bancados com recursos públicos, e inculcando tais ideologias nos alunos” (MPF-MG rejeita ..., 2017). Ainda que tenha sido arquivada, a denúncia revelou um sintoma que demonstrava que, embora movimentos como “Escola Sem Partido” tenham sido derrotados na esfera judicial, no campo social e no dia a dia escolar haviam se consolidado.

Fatura e radicalização à direita do espectro político: na ausência do ingrediente agregador (PT, Lula, Dilma...) o campo apresentava-se em disputa. A chamada “direita liberal” (FHC, Alckmin e Serra) parecia não querer conviver com a direita irracional (Frota, MBL e Bolsonaro). Nesse sentido, é importante perceber o movimento dos periódicos de grande circulação, como a revista Veja, que chegou a veicular extensa matéria contra Bolsonaro.

Por sua vez, o que podemos chamar de direita irracional (Dória, Frota, MBL, Bolsonaro) se uniu em torno de uma candidatura. Era possível observar três vertentes: 1) “do não político”, lugar inicialmente ocupado por João Dória (PSDB), que assumiria o

papel do empreendedor de sucesso que poderia levar para a gestão do Estado a mesma eficiência; 2) do apartidário (Luciano Huck), aquele que “nunca teve desejo de entrar para a política”, mas que devido à sua série de “boas ações”, potencializadas pelo seu programa de televisão, poderia ter um diálogo “desinteressado” com os políticos; 3) a opção autoritária, Jair Bolsonaro.

Em retrospectiva, parece que tanto o MBL, quanto João Dória foram utilizados enquanto massa de manobra para potencializar o papel das ruas contra os governos petistas e deveriam sair de cena para dar espaço a antigos líderes da direita tucana. Como a história comprovou, não houve tempo hábil para isso. Como demonstrou Alonso (2019) em pesquisas realizadas com participantes dos protestos a partir de 2016, era possível notar uma mudança política em direção ao radicalismo bolsonarista e o abandono das lideranças políticas tucanas.

Avanço da escalada da repressão física contra as minorias, sobretudo contra a comunidade LGBTQIA+: a mistura entre exploração da fé, charlatanismos científicos (cura gay) e os partidos de aluguel potencializa a ação em dois caminhos: garante a impunidade para os crimes e, juridicamente, garantem a construção da legislação repressiva, como a PEC 64/2016 (Brasil, 2016), que tornava o aborto crime imprescritível, ou a PEC 29/2015 (Brasil, 2015), que queria proibir o aborto em casos de estupro.

Aumento da desigualdade: com a perda definitiva de diversos direitos e a diminuição dos programas sociais. A retirada de um milhão de pessoas do programa “Bolsa Família”, por M. Temer, aliada à restrição da capacidade de investimento do Estado, com o congelamento dos gastos públicos a partir da PEC 55/2016 (Brasil, 2016) e a “uberização do trabalho” - ou seja, o pagamento por hora trabalhada - começaram a devolver o Brasil ao mapa da fome², fragilizando ainda mais a população das classes C/D e retomando, assim, a hierarquia das classes.

Efeito cascata: os Estados começaram a seguir a prerrogativa da União. O Paraná aprovou, em 03 de outubro de 2016, o projeto de lei que congelava os gastos do estado até 2019, mesma proposta enviada pelo governo do Estado de São Paulo, em 17 de outubro, ocasionando o desmonte do Estado nas suas funções básicas, sobretudo saúde

² Atualmente, de acordo com o IBGE, 55% da população do país sofre com incertezas sobre como obter alimentos para as refeições; destes, 10% convivem diariamente com a falta de comida. Sobre o avanço da fome no Brasil pós-2016 recomendamos a pesquisa no Mapa da Fome da ONU, que comprova que a insegurança alimentar no Brasil entre 2004 e 2016 diminuiu a ponto do país ser retirado da lista de países cuja fome e a insegurança alimentar preocupavam as Nações Unidas. Recomendamos, também, o minucioso estudo de Josué de Castro, médico e pesquisador, que há sete décadas criou o Programa Geografia da Fome <http://geografiadafome.fsp.usp.br/geografia-da-fome-75-anos/>, e por fim, os estudos recentes publicados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN). *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. 2021.

e educação. Assistiu-se ao sucateamento sistemático do sistema universitário brasileiro e à privatização do sistema de saúde, a partir da criação dos “Planos de Saúde Populares” do Ministério da Saúde. Como no da UERJ: a recomendação da Fazenda Federal foi para a dispensa dos servidores e o fim da oferta de ensino superior público. O mesmo valeria para a maioria das IES brasileiras.

“*Lula Dependência*”: do ponto de vista dos partidos de centro-esquerda, a concentração, ainda que sejam levadas em consideração as inúmeras dissidências, recai sobre o ex-presidente. Isso revela, além da incapacidade dos partidos de propor programas de formação de quadros e lideranças, uma ausência de projetos políticos sólidos que pensem o Brasil no longo prazo. Radicalmente, estão apostando no nome e não no projeto. A candidatura do ex-presidente caminhava no fio da navalha de Sérgio Moro e do TRF da Segunda Região. A inviabilidade da candidatura de Lula acirrou as disputas no campo da direita. Por um lado, o grupo liderado por FHC procurava reestruturar o campo do que podemos chamar de “direita liberal”. Por outro, a força política liderada por Bolsonaro e o bolsonarismo reduziu a presença política dos tucanos a menos de 5% dos votos válidos na eleição de 2018.

No campo centro-esquerda, isso pode significar o vazio de uma liderança de âmbito nacional. Fernando Haddad, candidato que substituiu Lula em 2018, teve 44,87% dos votos válidos no segundo turno, na eleição de 2018. Outros nomes poderiam ganhar força, caso optassem por dividir o palanque com Lula, como Ciro Gomes (contudo, um cenário cada vez mais improvável, já que Ciro vem demonstrando não fazer tal movimento). Tal cenário se confirmou na eleição de 2022, quando o pedetista preferiu fazer uma campanha que, em determinados momentos, foi elogiada por bolsonaristas e, no segundo turno, teve um papel bastante discreto.

Percebe-se a necessidade de reorganização efetiva dos movimentos sociais de esquerda para além da esfera local, ou seja, é preciso compreender os limites do autonomismo e das demandas de organizações políticas com capacidade de fazer projeções de atuação de longo prazo. Seguindo a proposta de Judith Butler, existe a necessidade das organizações produzirem um duplo movimento: em primeiro lugar, organizar uma rede de solidariedade para além do âmbito do Estado, ou seja, pensar em formas coletivas livres que consigam atender às demandas não apenas por cuidados médicos, mas também por novas formas de cultura, de arte e etc. Por outro, e essa é uma discussão ampla, há a necessidade de dialogar dentro do âmbito do Estado. À primeira vista, isso pode significar o fortalecimento da instância que oprime por definição, fortalecer suas leis e, acima de tudo, seus diversos centros de poder. Sim, está correto. Contudo, é necessário constituir uma coalização política, ainda que isso signifique voltar

e repensar os partidos políticos e antigas categorias de análises globais ou globalizantes como “classe”, “luta de classes” e “estrutura”, com o objetivo de fornecer uma leitura política também global. No segundo momento, isso implicaria no aumento da representatividade das minorias nas casas legislativas, o que, em tese, poderia fornecer apoio político e resistência ao avanço obscurantista. Essa bancada hoje é restrita em comparação com o potencial político do grupo BBB.

Conclusão

Muitas são as interpretações sobre a crise de 2008 e, especialmente, dos seus impactos em países como o Brasil. Entendemos que, para compreendê-los, devemos levar em consideração o cenário internacional turbulento, mas, também, a dinâmica própria de cada país.

Nesse sentido, a crise das democracias liberais em 2008 teve impactos diferentes em lugares com regimes políticos democráticos mais consolidados do que em outros, como no caso brasileiro. Em terras tupiniquins, a crise ajudou a potencializar um conjunto de forças que estavam procurando um espaço para se fazerem sentir a ponto de interferir na política nacional, em oposição aos governos de centro-esquerda, fenômeno, diga-se, que também não foi exclusivo do Brasil, mas de todos os países latino-americanos.

Naquele contexto, as jornadas de Junho de 2013 foram (e continuam sendo) alvo de múltiplas interpretações. Neste texto, procuramos historiar os desdobramentos daqueles meses de profunda convulsão social, cujos resultados eram incertos. Em retrospectiva, parece muito claro que o processo que levou à eleição de Jair Bolsonaro e ao retorno da extrema direita ao poder encontra raiz em 2013. Contudo, embora tenha bons argumentos, tal interpretação não pode nos fazer incorrer no erro do mecanicismo de uma interpretação da história em linha reta, com causa e consequência que só poderiam ser definidas *a posteriori*.

Junho de 2013 parecia um movimento que tinha potencial de questionamento, em um momento em que o país também passava por transformações político-sociais importantes e parecia estar, novamente, numa encruzilhada a respeito dos destinos das novas gerações que estavam (re)descobrimdo a esfera pública e a política, tudo isso sob os olhos do mundo, com a realização dos principais eventos esportivos, a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

A partir dos protestos de 2013, houve uma mudança significativa na dinâmica política, em que as disputas passaram a ocorrer dentro de uma retórica antipartidária.

Gradualmente, essa retórica se aproximou de um conjunto discursivo moral que impulsionou uma "cruzada purificadora" contra a corrupção. Nesse contexto, um circuito de sítios eletrônicos na rede mundial de computadores surge com orientação política conservadora, conquistando um número considerável de seguidores nas redes sociais.

Esses *sites* divulgavam notícias, incluindo o que agora é conhecido como *fake news*, e mobilizavam seus seguidores para irem às ruas. Anteriormente, essa mobilização era mais frequente entre grupos progressistas, como evidenciado, por exemplo, pelas marchas da Maconha, das Vadias e pelo Movimento do Passe Livre. O termo "político" deixou de ser um substantivo e passou a ser usado negativamente como um pejorativo para desqualificar pessoas, ideias e análises.

Paralelamente à essa mudança, surgiu um vocabulário que rejeitava a noção de liderança, dando prioridade à ação direta, inclusive de natureza violenta, em detrimento do diálogo e da negociação política. Por isso, não assumimos um cenário tão otimista em relação a não desejarem o fim da democracia em favor de uma autocracia. Não sabemos se o Brasil inaugurou o manifesto em prol da retirada de direitos adquiridos, mas essa condição evidenciada foi um ataque direto à democracia.

Em consonância com a perspectiva defendida por Marcelo Badaró (2016), foi nesse “primeiro momento” que percebemos quais as demandas reclamadas, que iam de direitos sociais, como transporte, saúde e educação, à contestação da violência policial, também com uma dimensão de classe. Observamos nesses movimentos iniciais que questionar a violência policial é, de fato, interrogar um elemento central da atual estrutura de dominação de classes no Brasil. As manifestações de junho também lançaram luz sobre outro pilar essencial dessa dominação: os monopólios empresariais de mídia, em que um pequeno número de grupos familiares privados detém o controle da grande maioria dos meios de comunicação jornalística e de rádio e televisão. Os manifestantes denunciaram a cobertura parcial desses canais em relação aos protestos, contribuindo, embora com algumas contradições, para a conscientização de certos setores sobre o papel fundamental de classe desempenhado pelos monopólios empresariais de comunicação.

No “segundo momento”, ou seja, pós-2014, foi possível encontrar outro tipo de movimento. Aberto o espaço nas ruas (e a crítica à esquerda brasileira foi bastante pertinente), o vácuo foi assumido pela estrutura comunicativa das redes sociais, que acabaram por controlar o processo, minando a frágil aliança PT-PMDB. Alguns autores, como Nunes (2023), destacam a diferença, por exemplo, de público. Se em 2013 a maioria era de jovens negros da periferia que reivindicavam melhores condições de vida, a partir

de 2014 o público passou a ser majoritariamente branco e de classe média, com pautas vazias ou genéricas, como o fim da corrupção.

A crítica à esquerda recai, justamente, na incapacidade de fornecer uma resposta que conseguisse aglutinar essas insatisfações (vale destacar que o potencial de atuação do bolsonarismo foi tão avassalador que parte considerável dos jovens negros periféricos votaram em Bolsonaro). Uma vez alavancados os ódios políticos, pode-se observar a ampliação desse acirramento de posições para a vida cotidiana offline (dia a dia), refletindo o fenômeno das bolhas de opinião nas redes sociais. Desde então, essas bolhas e as divergentes manifestações nas ruas passaram a se alimentar mutuamente e a entrar em conflito na *web*, nos ambientes corporativos, nas universidades e onde mais se dispusessem dois ou mais sujeitos à contraposição de ideias.

Por fim, acreditamos que o debate sobre as Jornadas de Junho e seus desdobramentos ainda se encontra em aberto. Para além de julgamentos sobre as qualidades ou as deficiências do movimento, se tem ou não responsabilidade sobre a ascensão da extrema direita e do bolsonarismo, é importante que as ciências humanas se debrucem também sobre os processos históricos que levaram até 2013 e por qual (ou quais) motivo o movimento, que começou exigindo um “Estado Padrão FIFA”, terminou com o documento “Ponte para o Futuro”, que abriu as portas para o desmonte do Estado brasileiro, levado a cabo pelo ex-ministro da economia Paulo Guedes.

Referências

ALONSO, A. A política das ruas: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, Junho 2017. 49-58.

ALONSO, A. A bolsonarização do Brasil. In: ABRANCHES, S.; BARROS, Celso R. *Democracia em Risco? 22 Ensaio sobre o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2019. PP.

ANDRADE, Daniel Pereira. Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. *Novos estudos CEBRAP*, v. 38, p. 109-135, 2019.

APPLEBAUM, Anne. *O crepúsculo da democracia: como o autoritarismo seduz e as amizades são desfeitas em nome da política*. Trad. Alessandra Borrunquer. Rio de Janeiro: Record, 2021.

ÁUDIOS mostram que partidos financiaram MBL em atos pró-impeachment. *Folha de São Paulo*. 27 maio 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1775543-audios-mostram-que-partidos-financiaram-mbl-em-atos-pro-impeachment.shtml>. Acesso em: 02 nov. 2023

BRASIL. Senado Federal. *Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2015*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120152> . Acesso em: 18. nov. 2023.

BRASIL. Senado Federal. *Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016*. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337> . Acesso em: 18. nov. 2023.

BRASIL. Senado Federal. *Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 2016*. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127681> . Acesso em: 18. nov. 2023.

BOBBIO, Norberto. *El futuro de la democracia*. Trad. José F. Fernández-Santillán. 3ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

CRESCER apoio a protestos contra a tarifa de ônibus entre paulistanos. *Folha de São Paulo*. 19 jun. 2013. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1297619-cresce-apoio-a-protestos-contr-a-tarifa-de-onibus-entre-paulistanos.shtml>. Acesso em: 02 nov. 2023

CASTELLS, Manuel, *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Trad. Joana Angélica D'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. *Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal*. Trad. Alessandra Bonruquer. Rio de Janeiro: Editora Record, 2020.

EM DIÁLOGOS gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato. *Folha de São Paulo*, São Paulo. 23 maio 2016.

GERBAUDO, Paolo. *The mask and the flag: Populism, citizenism, and global protest*. New York: Oxford University Press, 2017.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Trad. Renato Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MPF-MG rejeita denúncia contra grupo de estudos sobre Marx na UFMG. *O Estado de Minas*, Belo Horizonte, 03/08/2017.

Aécio Neves em entrevista ao Globo. Rio de Janeiro, 30 nov. 2014.

NUNES, R. *Do transe à vertigem: Ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

NUNES, P. Sobre junho de 2013 e o movimento negro brasileiro contemporâneo. In: ALTMAN, B.; CARLOTTO, M. C. *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023. p. 27 - 36.

MARX, Karl. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. Trad. Cassio de Arantes Leite. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. *Uma ponte para o futuro*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015a. Disponível em: <http://pmdb.org.br/wp->

content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf . Acesso em: 18 nov. 2023.

POCHMANN Marcio. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. *Estudos Avançados*, v. 5, n. 10, p. 200-212, jan./jun. 1992.

PRZEWORSKI, Adam. *Crises da Democracia*. Trad. Berillo Vargas. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RELATÓRIOS do Grupo Gay da Bahia (GGB). *Observatório de mortes e violências LGBTI+ no Brasil*, 20 maio 2022. Disponível em:

https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/todos-dossies/grupo-gay-da-bahia/?gad=1&gclid=Cj0KCQjwy4KqBhD0ARIsAEbCt6jrySTTtAeOTFrK75bfj-OH15qhO3_jSTPaF28jBDbvDS6WU9AqwaAjB-EALw_wcB. Acesso em: 31 out. 2023.

ROCHA, J. C. D. C. *Guerra Cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. 1. ed. Goiânia: Caminhos, 2021.

RUNCIMAN, David. *How democracy ends*. London: Profile Books, 2018.

STIGLITZ, Joseph Eugene. *O preço da desigualdade*. 2 ed. Lisboa: Bertrand Editora, 2016.

TATAGIBA, L. *1984, 1992, 2013*. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. Política e sociedade, Florianópolis, Setembro 2014. 35-62.

TEMER: impeachment ocorreu porque Dilma recusou “Ponte para o Futuro”. *Carta Capital*, 23 set. 2016a. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/temer-impeachment-ocorreu-porque-dilma-recusou-ponte-para-o-futuro/>. Acesso em: 31 out 2023.

TEMER recebeu mais de 100 aliados na véspera de votação do impeachment. *Jornal Portal Correio*, 17 abr. 2016b. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/temer-recebeu-mais-de-100-aliados-na-vespera-de-votacao-do-impeachment/>. Acesso em: 31 out. 2023.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: la renovación del materialismo histórico*. Ciudad del México/DF: Siglo Veintiuno Editores, 2000.